

LEI Nº 2.513, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2001

Institui regime de adiantamento para cobertura de despesas de viagens.

O Prefeito Municipal da Estância Turística de Ibitinga, Estado de São Paulo, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos da Resolução nº 2.592, da Câmara Municipal, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o regime de adiantamento para cobertura de despesas de viagens, previsto no artigo 68 da lei federal 4.320/64.

Art. 2º - Despesas de viagem individual, desde que seja servidor público municipal, compreendem gastos com passagens de ônibus, táxi, pernoite em hotel, refeições, lanche e outras necessárias ao bem-estar do servidor, devendo ser justificadas ao chefe de serviço imediato, que as aprovará ou não.

Art. 3º - Despesas de viagem coletiva (comissão), desde que seja pública, compreendem gastos com passagens de ônibus, táxi, pernoite em hotel, refeições, lanches e outras necessárias ao bem-estar dos membros, devendo ser justificadas ao Chefe do Executivo, que as aprovará ou não.

Art. 4º - Despesas de viagem com manutenção de veículo, devendo o mesmo ser de propriedade do Município, compreendem os gastos com combustível, óleo, graxa, reparos mecânicos ou elétricos, com peças de reposição, pedágios, estacionamento e outras necessárias ao regular funcionamento do veículo, devendo ser justificadas ao chefe de serviço imediato, que as aprovará ou não.

Art. 5º - O valor do adiantamento será de, no máximo, o correspondente a 03 (três) salários mínimos para o servidor motorista que transporta pessoas diariamente, e metade para outro servidor.

§ 1º - No caso de viagem coletiva (comissão), o Prefeito Municipal fixará o valor.

§ 2º - Para viagem de servidor participante de curso de reciclagem, o chefe imediato fará previsão do custo, podendo autorizar valor superior ao previsto no "caput" do artigo 5º desta Lei.

Art. 6º - Não se fará adiantamento a servidor em alcance nem a responsável por dois adiantamentos.

Art. 7º - A prestação de contas do adiantamento se fará no prazo máximo de 30 (trinta) dias da liberação.

§ 1º - No caso de comissão, a prestação se fará em 05 (cinco) dias úteis após o fim da viagem.

§ 2º - No caso de servidor participante de curso, a prestação de contas se fará em 05 (cinco) dias úteis após a conclusão do mesmo.

Art. 8º - A prestação de contas será feita diretamente ao setor de Contabilidade, devendo o chefe imediato do responsável pelo adiantamento visar os documentos da despesa.

Parágrafo Único - Os documentos fiscais de despesa deverão obedecer às normas da legislação em vigor.

Art. 9º - Dentro de 30 (trinta) dias, o Poder Executivo regulamentará esta Lei.

Art. 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FLORISVALDO ANTÔNIO FIORENTINO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração, em 04 de dezembro de 2001.

Mariette Bela Cardoso
Chefe do Deptº de Protocolo e Arquivo